PARECER CONJUNTO DAS COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

E DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO

PROJETO EM ANÁLISE: PROJETO DE LEI N.14/2012

LEI ORÇAMENTÁRIA PARA EXERCÍCIO FINANCEIRO 2013.

EMENTA: ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013.

Do Parecer

O Projeto de Lei 014/2012 de iniciativa do Executivo Municipal foi apresentado a esta Casa Legislativa no dia 29 de Setembro de 2012, tendo sido abertas vistas a Comissão de Orçamento e Finanças, e, em razão da análise do orçamento estar intimamente ligada a Legalidade e Constitucionalidade de seus dispositivos, realizou a análise do referido Projeto em Conjunto com a Comissão de Justiça e Legislação, obtendo assim maior celeridade ao trâmite processual legislativo e maior eficácia na análise do Projeto.

Por meio de Análise Contábil realizada pelo Contador da Câmara Municipal, Dr. Francisco de Assis Viana, este considerou que o Projeto atendia as ditames exigidos pela Constituição Federal e demais legislações pertinentes ao Orçamento Municipal, sugerindo apenas a mudança da redação do Artigo 9º do Projeto, através da supressão da expressão “e nos termos da Lei 4.320/64” e acréscimo da expressão “inciso III”; bem como a supressão dos parágrafos 1º e 2º, acrescentado o parágrafo único, ficando assim o Art.9º. *“Fica o Poder Executivo, respeitadas as demais prescrições constitucionais autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o valor correspondente a 40% (quarenta por cento) do valor total fixado para as despesas no orçamento, com a finalidade de incorporar valores que excedam as previsões constantes desta Lei, com a utilização de recursos originados da anulação de dotações constantes do orçamento, nos termos do inciso III, artigo 43, da Lei 4.320/64.*

A sugestão da melhoria da redação foi acatada pelo Executivo, que regularizou o Projeto conforme a orientação do Contador, conforme se poderá observar da atual redação do Artigo.

Encaminhado para a Assessoria Jurídica da Câmara Municipal, recebeu o Projeto parecer favorável, sendo considerado *data maxima venia*, Constitucional e de acordo com as Legislações pertinentes, tanto formal, quanto materialmente.

No que tange aos propósitos para a Execução Orçamentária do ano de 2013, o Projeto de Lei Orçamentária está compatível com o Plano Plurianual e a LDO, e se mostra adequado tanto para a execução por parte da Administração Pública quanto para os fins econômicos e sociais que representa junto aos Administrados.

Desta forma, o Projeto recebe o voto favorável dos membros da Comissão de Orçamento e Finanças e da Comissão de Justiça e Legislação desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, 03 de Dezembro de 2012.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

COMISSÃO DE JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO